

**Elementos anexos ao requerimento da operação urbanística****Elementos instrutórios comuns aos procedimentos de controlo prévio, definidos nos pontos 1 a 8 da Portaria 71-A/2024 de 27 de fevereiro, verifica-se que foram apresentados os seguintes elementos:**

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial ou código de acesso à certidão permanente do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos pela operação urbanística; quando omissa, a respetiva certidão negativa do registo predial.
- Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município, podendo ser substituída por identificação da localização na plataforma eletrónica do Sistema de Informação Geográfica do município, ou equivalente.
- Plantas com extratos das plantas constituintes dos planos territoriais aplicáveis com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento, à escala do plano territorial ou superior, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município, podendo ser substituída por identificação da localização na plataforma eletrónica do Sistema de Informação Geográfica do município, designadamente com extratos e legenda de:
  - Plantas de ordenamento, zonamento ou de implantação, conforme aplicável;
  - Plantas com as condicionantes constantes em planos intermunicipais e municipais.
- Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano).
- Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.
- Memória descritiva e justificativa, como previsto no ponto 6 da Portaria 71-A/2024 de 27 de fevereiro, que descreva o projeto e justifique as opções adotadas, e evidencie o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo que o seu conteúdo é da responsabilidade do técnico autor do projeto, e a sua análise será efetuada aquando da apreciação técnica da operação urbanística.

- Extratos das cartas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objeto da pretensão, quando se trate de operações não abrangidas por plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território e as operações não tenham sido precedidas por operação de loteamento, nem exista pedido de informação prévia em vigor.
- Do requerimento ou comunicação dirigidos ao presidente da câmara municipal deve constar, pelo menos, a seguinte informação:
  - O(s) tipo(s) de operação(ões) urbanística(s), nos termos do RJUE e dos regulamentos municipais;
  - A localização da obra (rua, número de polícia e freguesia);
  - Se se trata de licenciamento ou comunicação prévia;
  - O nome e morada do requerente, do representante ou do titular;
  - Qualidade de titular de qualquer direito que confere a faculdade de realizar a operação urbanística;
  - O procedimento de loteamento ou informação prévia, quando aplicável;
  - Os planos territoriais aplicáveis e, quando exista, unidade de execução;
  - Se utiliza a faculdade de junção de pareceres necessários à apreciação do pedido;
  - As entidades que, nos termos da lei, devem emitir parecer, autorização ou aprovação, se o interessado assim o entender.

**Elementos específicos do licenciamento, a que se refere ao ponto 20 da Portaria 71-A/2024 de 27 de fevereiro**

- No caso de operações de remodelação de terrenos:
  - Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1;
  - Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos;
  - Projeto de execução dos trabalhos;
  - Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
  - Estimativa do custo total da obra;
  - Ficha de elementos estatísticos;
  - Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa;

- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores e coordenador dos projetos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
- Outros \_\_\_\_\_